

GDF cria Comissão do I Plano

O governador José Aparecido assinou decreto, ontem, criando a Comissão Consultiva do I Plano Trienal de Governo, que irá trabalhar com base nas linhas do IV Plano Nacional de Desenvolvimento, o I Plano da Nova República bem como os encargos e funções atribuídos ao Distrito Federal. Segundo o governador, o I Plano terá um caráter retificador de rumo a corretor de distorções. "Será um plano não apenas de desenvolvimento econômico, mas também de desenvolvimento social e humano". Eis na íntegra o discurso do governador proferido durante a solenidade:

São múltiplas as razões pelas quais ficará registrado com destaque, na história administrativa de Brasília, o ato de se instalar hoje, aqui, a Comissão Consultiva do I Plano Trienal do GDF.

O planejamento governamental chegou aos países de livre iniciativa, depois da Segunda Guerra Mundial. Em Brasília, em seus vinte e cinco anos de existência, ministro João Sayad, jamais se elaborou um plano governamental. O que vamos conquistar, com a cooperação dos senhores, será o primeiro planejamento do Distrito Federal.

Esse aspecto imprime-lhe, desde logo, o sinete do pioneirismo.

Sua importância não se restringe a essa qualidade. Em harmonia com o IV Plano Nacional de Desenvolvimento — I Plano da Nova República —, terá um caráter retificador de rumo e corretor de distorções. Será um plano não apenas de desenvolvimento econômico, mas

também de desenvolvimento social e humano.

Ele tem de fazer face à realidade com que nos defrontamos ao assumir a responsabilidade pelos destinos da Capital do País: o desequilíbrio econômico, social e até demográfico entre o Plano Piloto e as Cidades-Satélites, o drama da moradia escassa e cara, do desemprego, do transporte urbano, da saúde e da segurança pública.

A população cresceu de maneira vertiginosa e desordenada, chegando na atualidade a um milhão e seiscentos mil habitantes, contra a previsão inicial de seiscentos mil no ano 2.000. 75% vivem nas cidades-satélites, com uma renda per capita sete vezes inferior às dos 25% que moram no Plano Piloto. Cerca de 400 mil pessoas pertencem a família com menos de dois salários mínimos de renda mensal. Resultados obtidos entre os beneficiários do Programa de Nutrição em Saúde mostram que 49% dessa camada de baixa renda sofrem de desnutrição.

A margem das atividades produtivas há mais de 70 mil desempregados. A carência habitacional é de quase cem mil moradias. O transporte urbano consome quase um terço do salário do trabalhador.

E com os olhos postos nesse quadro que devemos elaborar nosso I Plano Trienal. Ele norteará as ações do Governo em busca de solução desses problemas e permitirá ao povo exercer o direito democrático de conhecer antecipadamente as intenções do Governo, opinar sobre elas e fiscalizar os atos do Palácio do Buriti.

A influência dos cidadãos sobre o Plano já se fará sentir no processo mesmo de sua elaboração, através da presença participativa de representantes da sociedade em seminários e debates, assim como dos próprios membros da Comissão Consultiva.

O Plano não constitui uma camisa de força, porém um instrumento de balizamento e orientação. Pode e deve ser alterado, de acordo com as circunstâncias e em seu cotejo com a realidade do dia-a-dia. Por isso mesmo, pretendo implantar um sistema de avaliação anual de sua implantação, de modo a corrigir possíveis erros de cálculo ou adaptá-lo a novas necessidades.

O Plano deverá refletir fielmente as necessidades prioritárias da população e as possibilidades reais do Erário. No passado recente, o planejamento teve seu crédito abalado pelas fantasias do autoritarismo, que concebia programas superdimensionados ou projetava empreendimentos faraônicos, com a irresponsabilidade de quem não precisa prestar contas a ninguém.

Nós, governantes democratas, sabemos que os recursos públicos não nos pertencem, e deles temos que dar satisfação não apenas aos Tribunais de Contas, mas sobretudo ao juiz supremo, que é o povo.

Um plano bem elaborado, realístico, nos ajudará bastante a aplicar com eficiência o dinheiro do povo.

Brasília, 29 de outubro de 1985

Deputado José Aparecido de Oliveira
Governador do Distrito Federal



Os resíduos jogados no Lago Paranoá podem provocar um desastre ecológico